



RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

PROCESSO Nº 024/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Objeto: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar para os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas

I- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:

1.1. Trata-se de impugnação apresentada por Luciana da Silva Santos Costa, tempestivamente, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 011/2026, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de pneus e câmaras de ar para a frota municipal.

1.2. A impugnante sustenta, em síntese, a necessidade de adequação das exigências de qualificação técnica do edital, especialmente quanto à inclusão de requisitos ambientais, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e em entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

1.3. O ponto central da impugnação consiste na solicitação de inclusão, como requisito de habilitação técnica, dos seguintes documentos:

1.3.1. Licença de Operação (LO), válida, emitida por órgão ambiental competente, em nome do fabricante ou importador dos pneus;

1.3.2. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, em nome do licitante e também do fabricante ou importador.

1.4. Alega que tais exigências visam garantir a regularidade ambiental dos produtos fornecidos, prevenir a aquisição de pneus de origem irregular e assegurar o atendimento aos princípios da legalidade, sustentabilidade e segurança jurídica nas contratações públicas.

1.5. Sustenta, ainda, que a exigência não possui caráter restritivo à competitividade, sendo, ao contrário, medida já adotada por diversos entes públicos e respaldada por decisões do TCE/MG e do TCU, como forma de assegurar que fabricantes e importadores estejam em conformidade com a legislação ambiental vigente.

1.6. Por fim, requer o acolhimento da impugnação para retificação do edital, com a inclusão das exigências mencionadas na fase de qualificação técnica.



II - DA RESPOSTA

2.1. Após análise dos argumentos apresentados, reconhece-se que a exigência de Licença de Operação (LO) em nome do fabricante ou importador, bem como do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, constitui medida legítima e alinhada aos princípios da sustentabilidade, da segurança jurídica e da regularidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.2. Todavia, destaca-se que tais exigências não possuem caráter obrigatório, tratando-se de faculdade da Administração, a ser adotada conforme critérios de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os limites legais e a ampla competitividade do certame.

2.3. No caso concreto, considerando a urgência na aquisição dos pneus para atendimento das demandas da frota municipal, eventual retificação do edital implicaria na reabertura de prazos e redesignação da data da sessão pública, o que poderia acarretar prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais.

2.4. Dessa forma, no presente momento, a inclusão das exigências pleiteadas mostra-se inoportuna, razão pela qual não será promovida a alteração do edital.

2.5. Ressalta-se, contudo, que as sugestões apresentadas serão consideradas em futuras contratações, visando o aperfeiçoamento dos instrumentos convocatórios e o fortalecimento das práticas sustentáveis nas aquisições públicas.

III - DA DECISÃO.

3.6. Face ao exposto, após análise e considerações apresentadas, é decisão do Pregoeiro **não dar provimento** a Impugnação ora apresentada, mantendo-se o Edital na sua íntegra, bem como a data da realização do certame.

Bocaina de Minas, 08 de abril de 2026

Thiago Donizette Silva
Pregoeiro